A AUTOGESTÃO DE UM *PONTO* POR MOTOTAXISTAS "CLANDESTINOS"[1]

Leone de Araújo Rocha[2]

RESUMO: O artigo pretende oferecer um relato etnográfico dos meios utilizado por uma equipe de mototaxistas "clandestinos" para gerir um *ponto* onde os membros da equipe aguardam pela oportunidade de realizar uma corrida. O fato de realizarem seu serviço clandestinamente não impede a sua organização, o que bem comprovam os estudos realizados pela Economia Informal, e esta organização é autônoma e independente das regulações estatais, dando origem a um grupo com forte atividade social, permeada de regras, costumes e práticas de interação, fazendo com que, a partir do *ponto*, se forme uma comunidade que dá suporte a sujeitos que estão alijados de meios legais de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Mototáxi "clandestino". Ponto. Economia informal.

ABSTRACT: This article aims to provide an ethnographic account of the means used by a team of illegal motorcycle taxi drivers to manage a point where team members are waiting for the opportunity to hold a race. The fact that their service are illegal does not prevent your organization, which clearly show the studies conducted by the Informal Economy, and this organization is autonomous and independent from state regulations, creating a group with strong social activity, permeated rules, customs and interaction practices, causing, from the point, to form a community that supports subjects who are jettisoned of legal means of survival.

KEY-WORDS: Clandestine motorcycle taxi. Point. Informal economy.

1 Introdução

O presente artigo trata das características da organização e autogestão de um *ponto* realizada por uma equipe de mototaxistas "clandestinos"[3] denominada Equipe Shopping em

[1] Agradeço a Milleny Chaves Rodrigues pelas valiosas contribuições durante a elaboração do presente texto.
[2]Cientista Social – UNIFAP; Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário/Antropólogo – INCRA/AP. Email: rocha.leone@yahoo.com.br.
[3] Adianta-se aqui que "clandestino" é uma categoria nativa que, como será mostrado ao longo do texto, surgiu no momento em que o serviço de mototáxi foi regularizado, pois antes não havia essa distinção. Com a regularização ocorreu a separação entre os que conseguiram a licença e os que ficaram de fora da oferta, seja pelo número insuficiente de licenças concedidas seja pelo não atendimento dos critérios para a regularização, gerando assim os "clandestinos". Essa categoria é amplamente utilizada entre os mototaxistas para sua diferenciação, bem como por órgãos oficiais, imprensa, e população em geral. É importante verificar a vinculação desse termo com a regulação estatal, pois, como afirma Misses, *"O que distingue, em geral, uma atividade econômica "formal" de outra "informal" é a sua maior ou menor subordinação à regulamentação estatal. Não se considere, no entanto, que essas atividades são inteiramente separadas, constituindo "setores" bem demarcados"* (MISSE, 2007, p. 144). Assim, apesar de "clandestinos", esses mototaxistas trabalham diariamente, já que a própria população utiliza o transporte, constatando que não há nada de ilegal em conduzir

Macapá/AP. Não pretende-se aqui realizar uma discussão em torno do conceito autogestão, mas sim fornecer, através do método etnográfico, um estudo de caso que relate empiricamente as técnicas sociais utilizadas pela equipe para gerir seu principal meio de trabalho de forma independente e à margem de qualquer regulamentação estatal. Foi utilizada a observação participante bem como foram realizadas entrevistas abertas e pesquisas em órgãos governamentais. Os dados foram analisados levando-se em consideração predominantemente o referencial teórico da Antropologia Econômica, mais especificamente da Economia Informal. Primeiramente serão introduzidos os principais pontos em torno do debate sobre a questão da informalidade e a abordagem da antropologia econômica; em seguida, depois de esboçado o enfoque teórico adotado, uma breve introdução sobre o fenômeno do mototaxismo buscará situar o objeto de estudo em seu quadro geral para então discutir especificamente a Equipe Shopping e a utilização de seu *ponto* como fonte de renda, concluindo o texto com as considerações finais. Este trabalho é fruto de um projeto desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Antropologia das Sociedades Complexas, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), quando da elaboração de TCC para a graduação no curso de Ciências Sociais da UNIFAP no ano de 2010.

2 A questão da informalidade

Atividades econômicas informais, à margem das regulações do Estado, têm sido consideradas no Brasil como nocivas ao bom desenvolvimento da sociedade. Subjacente a esta visão, estão as noções que tratariam como benéfica a existência apenas de contratos formais, que estariam garantidos por um órgão central, o Estado (NORONHA, 2003). Mas esta noção não ocorre somente no Brasil. Estudos como os de Naím (2006) e Sousa (2006) mostram o empenho com que as atividades ilegais, ilícitas e informais são combatidas em âmbito mundial.

Naím (2006), em sua obra *Ilícito: o ataque da pirataria, lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*, afirma a existência de um comércio ilegal que desafia regulamentações e tarifas, tratados e leis, colocando em circulação virtualmente qualquer coisa de valor. O autor continua sua argumentação denunciando a fusão que ocorre entre o comércio ilícito e o amplo fluxo diário de transações bancárias; soma-se a isto a relação

passageiros, apenas não se tem a permissão estatal para isso. Como afirmam Heyman e Smart (1999), o legal e o ilegal são termos ambíguos que muitas vezes originam zonas de pertencimento e exclusão contínuas dentro do Estado, o que pode ser evidenciado no caso dos "clandestinos".

concreta entre a ilegalidade e a crise social – conflitos, corrupção, exploração. Haveria também, segundo o autor, três ilusões que estariam impedindo uma ação mais energética contra o comércio ilegal: a) a ilusão de que não há nada de novo, quando na verdade o comércio ilícito atingiu proporções jamais vistas; b) subestimação deste fenômeno como mero caso criminal, desconsiderando o fato de que os crimes globais estão transformando o sistema internacional e as organizações criminais só muito tardiamente estão sendo vistas como empresas organizadas orientadas pela busca de lucro; e c) o comércio ilegal seria "subterrâneo", pertencente a um mundo diferente dos cidadãos comuns e honestos; o autor afirma que a fronteira entre o formal e informal na verdade se confunde, e sua influência está reconfigurando o poder na política e na economia mundiais com a introdução de novos atores.

A crítica antropológica a esta conceituação alega que colocar numa categoria - ausência de regulação estatal - fenômenos tão amplos como os diversos tipos de processos informais e combatê-los indiscriminadamente é um reducionismo. Um exemplo emblemático é o estudo realizado por Sousa (2006) entre os *cocaleros* do Chapare, na Bolívia. Nas suas palavras: "[...] cultivar coca e fabricar cocaína são ocupações diferentes, desempenhadas por atores sociais diferentes" (SOUSA, 2006, p. 6). Em sua tese, este autor analisa como o discurso internacional antidrogas interfere na sociedade boliviana; os *cocaleros* reivindicam o cultivo de coca como uma tradição e rejeitam a ingerência estrangeira nos temas relativos à política e tradições culturais. Ribeiro (2007) critica diretamente a definição negativa de Naím quanto ao fenômeno da ilegalidade; reconhece a dimensão que atingiu as atividades não regulamentadas pelo Estado, chegando até mesmo a caracterizá-las como possuindo um caráter sistêmico, mas afirma que Naím reproduz o discurso dominante originado na relação entre classes sociais desiguais. As leis do Estado geram sua contrapartida e devem ser estudadas em conjunto; o fluxo de mercadorias pode transformar o status legal de um objeto; Ribeiro retoma a definição *(i)lícito* (HEYMAN, 1999) como simbolizando graficamente a ambiguidade das mercadorias dependendo de seus circuitos comerciais. Por exemplo, pode-se comprar um remédio controlado numa farmácia com uma receita médica – ato lícito – e depois vendê-lo para outra pessoa clandestinamente – ato ilícito. Desta maneira, estaria ocorrendo o que o autor chama de *Globalização Popular*, dentro de um *Sistema Mundial Não Hegemônico:* um composto de diversas unidades localizadas em lugares diferentes, ligadas pelos agentes ativos na globalização popular. A China representa hoje um polo internacional de produção de produtos falsificados. Há sites de negócios online que comercializam estes

produtos como o *www.mercadolivre.com;* os negócios realizados neste site em sua maioria não fornecem nota fiscal ou qualquer pagamento de impostos. O *Sistema Hegemônico* seria liderado por interesses da globalização capitalista neoliberal. O foco do autor para a distinção destes sistemas seria a regulação do Estado. O estudo antropológico deste tema, objetivando definir conceitos aparentemente semelhantes como ilegal, ilícito, é tema da Economia Informal.

Análises antropológicas têm mostrado que as atividades informais são regidas por instituições tradicionais como compadrio, confiança, amizade, crença (LOMNITZ, 1975, 2007; SOUSA, 2004, 2006b), e muitas vezes são o único meio de garantir a sobrevivência dos indivíduos, operando numa lógica diferente da mercantil, racional, fazendo com que os vínculos sociais sejam mais importantes que a realização individual, como veremos no caso da Equipe Shopping.

3 Antropologia econômica

A Antropologia Econômica desenvolveu-se como uma resposta a teoria econômica neoclássica como foi formulada pelos marginalistas que, em síntese, afirmam:

> [...] la economia es la ciência de laescacez; launidad de análisis es elindividuoactuando racionalmente para satisfacer sus necessidades y maximizar sus mediosescasos; mediante ladedución es posibleestablecer modelos predictivos de esse comportamiento que después se puedemponer a prueba; la "naturaleza humana" (esto es, ladecisión racional maximizadora) es lamisma em todas partes (ROBBINS Apud MOLINA, 2004, p.34).

Os estudos antropológicos em sociedades "primitivas" destoam do pressuposto individualista dos marginalistas e revelam um modo diferente de subsistência; a produção e distribuição dos bens necessários para manutenção da sociedade não eram regidos pela lógica utilitária e da acumulação. Karl Polanyi (2000 [1944]), valendo-se desses estudos, principalmente do trabalho clássico de Malinowski (1978 [1922]) nas ilhas Trobriands, engendrou um novo olhar sobre o econômico. Vejamos:

> Por "económico" o "economía" solemos entender al menos dos cosas diferentes. Por una parte, lasactividades, indicadores o processos que tienen que ver conlacreación, distribuición o consumo de biens y servicios, es decir, ***un sector de la cultura***; por otra, lasacciones motivadas por el cálculo racional que busca maximizar el beneficio u optimizarlosmediosenrelación a los fines ("economizar"), esto es, una***modalidad de conducta***. Estas dos acepciones de lapalabra "economía", puedendenominarse "substantiva" y "formal" respectivamente. (POLANYI ApudMOLINA, 2004, p.35).

Polanyi percebeu que nas culturas estudas pelos antropólogos "a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais" (POLANYI, 2000, p. 65). Esta visão da economia faz parte da escola *substantivista*, afirmando que as instituições sociais possuem papel decisivo na organização econômica de uma sociedade; não haveria uma conduta humana abstrata e universal aplicável a qualquer sociedade em qualquer tempo. Em contraposição a esta escola de pensamento na antropologia econômica, os *formalistas* defendiam a aplicação dos conceitos marginalistas para a compreensão dos fenômenos econômicos. Segundo Isaak (2005), o debate entre substantivistas e formalistas vai além das questões domésticas dentro da antropologia; trata-se de questões metodológicas e epistemológicas pertinentes a toda a ciência social como: indução x dedução; instituições x escolha; holismo x individualismo, entre outras. Continuando a leitura de Isaak (2005), o autor afirma que durante as décadas de 1960 e 1970 o substantivismo era a doutrina predominante na antropologia econômica; com a morte de Polanyi e a investida antropológica nos estudos das sociedades contemporâneas, o formalismo ascendeu e se consolidou como ferramenta teórica para análise antropológica do fenômeno econômico, apesar de que, sempre que buscamos analisar processos econômicos fortemente influenciados pelas instituições sociais, estaremos realizando uma abordagem substantivista, como no caso deste estudo entre os mototaxistas da Equipe Shopping. Retornando à contribuição de Polanyi, resultado direto das pesquisas antropológicas, destaca-se a classificação dos três modos possíveis de alocação de recursos, muito bem resumidos por Sabourin:

> Polanyi propõe uma tipologia dos modos de alocação dos recursos que dá conta das diferentes formas de institucionalização do processo econômico na sociedade. Identifica três modos de integração econômica e social, cada um podendo gerar formas específicas de mercado: a reciprocidade é definida como os *movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos*, a redistribuição como *ummovimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior*; o intercâmbio corresponde a "*movimentos de ida e volta como aqueles existindo no sistema mercantil*". Essas três formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser predominante, como o intercâmbio mercantil chegou a predominar no mundo ocidental (2006, p. 01).

Polanyi também influenciou a Sociologia Econômica, com estudos focados nas instituições sociais; recentemente está tomando fôlego a chamada Nova Sociologia Econômica, utilizando a contribuição de Polanyi para analisar formas atuais de processos econômicos que diferem do modo capitalista de produção ou mesclam os diferentes modos de

alocação de recursos descritos pelo autor, como a Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa (SABOURIN, 2006; VINHA 2001).

Como afirmado anteriormente, os estudos antropológicos em sociedades "primitivas" contribuíram para formulação de conceitos que encontraram aplicação para a compreensão do econômico. Os trabalhos de Mauss (2003 [1924]) e Malinowski (1978 [1922]) tornaram-se clássicos da literatura antropológica, influenciaram as agendas de pesquisa e inauguraram a antropologia moderna, bem como forneceram ferramentas de análise para o olhar antropológico do econômico.

Malinowski (1978[1922]), na sua obra clássica *Argonautas do Pacífico Ocidental*, realizou um trabalho de campo nas ilhas Trobriand, localizada nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia, descrevendo o *Kula*, "instituição nativa dotada de uma enorme variedade de aspectos e associada a um sem-número de atividades" (MALINOWSKI, 1978, p. 25). O *Kula* é uma forma de troca intertribal que põe em circulação dois objetos preciosos (*vaygu'a*): a *soulava*(longos colares feitos de conchas vermelhas) e o *mwlai*(braceletes feitos de conchas brancas). Cada homem que participa deste sistema de trocas possui um ou mais parceiros; ao longo de um ciclo do Kula, um parceiro recebe um dos objetos preciosos, guarda-o por um tempo, e passa o objeto para um de seus parceiros em outro ciclo do Kula. A troca é cerimonial e obedece a normas rígidas estabelecidas pela tradição; os parceiros possuem relação de amizade e trocam outros tipos de presentes em ocasiões distintas do Kula. A gratidão é valorizada; cada *vaguy'a* possui um valor e se um parceiro receber um objeto de grande valor deve retribuir à altura sob pena de ser considerado mesquinho. Por meio do Kula várias atividades como comércio de mercadorias, construção de canoas, troca de alimentos, são realizados. Desta maneira, esta troca cerimonial mobiliza as atividades cotidianas dos nativos e estabelecem uma relação de reciprocidade entre eles.

Presenciamos neste exame o que Polanyi (2000) chamou de *enraizamento* (*embeddedness*) das atividades econômicas no social. São os costumes, a tradição, que determinam a forma de intercâmbio entre os nativos de Trobriand. O econômico não é visto como uma entidade abstrata, funcionando por leis universais da conduta humana, mas é concreto, feito de pessoas interagindo socialmente. Esta visão reforça o papel da sociedade, das relações sociais, influenciando a atividade individual. Outra descoberta, desta vez realizada por Mauss (2003), reforça esta compreensão: a Dádiva.

Em seu *Ensaio sobre a Dádiva* (MAUSS, 2003[1924]), obra não menos importante para a formação da antropologia moderna, Mauss estuda o *Potlatch*, um "gênero de instituição que se poderia, com menos perigo e mais precisão, mas também mais longamente, chamar: *prestações totais do tipo agonístico*" (MAUSS, 2003, p. 192). Mauss formula o conceito de *Fato Social Total*, uma entidade social que agruparia a totalidade das relações sociais como religião, mitologia, economia, entre outros. O *Potlatch* é um sistema de trocas; determina que um presente, quando dado, deve ser aceito e retribuído; as trocas, e isto foi o que deixou Mauss intrigado, possuíam dois aspectos: o voluntário, desinteressado, mas ao mesmo tempo obrigatório e coercitivo. O autor se pergunta então qual seria a regra de direito que faria com que toda dádiva recebida devesse ser retribuída. Mauss se vale de um conceito nativo maori, o *hau*, para explicar a relação jurídica que regula a troca nas sociedades "primitivas". Cada objeto que circula é animado por uma alma própria, o *hau,* e quando este objeto é transferido para outra pessoa, esta alma, o *hau* deste objeto, necessita voltar para sua fonte, voltar para seu primeiro proprietário. O *Potlatch,* desta maneira, seria regido por três leis: dar, receber, retribuir. Estas leis, bem como a definição de *hau*dada por Mauss vão desencadear uma série de interpretações feitas por gerações de antropólogos posteriores.

De posse deste arcabouço teórico, empreendeu-se um trabalho de campo entre os mototaxistas da Equipe Shopping. Buscou-se levantar dados que mostrem principalmente como são as relações sociais que determinam a atividade dos mototaxistas no *ponto* bem como sua gestão. Foi realizada uma abordagem substantivista do objeto de pesquisa. Analisou-se as atividades econômicas dos mototaxistas procurando identificar quais são os vínculos sociais que mantém os membros unidos, bem como possibilitam a administração do *ponto*. De forma evidente percebeu-se essas relações não são utilitaristas, fundamentadas na busca pelo lucro individual, como o processo de compra e venda de ações numa bolsa de valores, mas sim, relações de reciprocidade, de respeito às normas estabelecidas conjuntamente pelos integrantes da Equipe. Cabe aqui ressaltar que entre um membro da equipe e sua relação com seu cliente existe sim interesse e cálculo racional objetivando lucro; todavia, a presente abordagem está delimitada pelas relações *dentro* da equipe, no sentido de relativizar conceitos como informal, ilícito, bem como o próprio utilitarismo. Tem destaque aqui o papel da reciprocidade, pois, como veremos, entre os mototaxistas em suas interações cotidianas raramente ocorrem trocas de bens; existe sim mais uma interação verbal e relações de deveres e direitos, mas, como afirma Gregory (1994, p. 33), "The conceptsof 'exchange'

and ‘reciprocity’ are closelyrelated”. Mauss, ao analisar o *Potlatch* identificou as três regras implícitas neste sistema: dar, receber, retribuir, como já afirmado; Godelier (2001) identifica nestas leis a base da estrutura social formada por relações de interdependência entre os indivíduos. Malinowski (2008) no livro *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, escrito também com dados da pesquisa de campo entre os ilhéus de Trobriand, demonstra como cada indivíduo na sociedade trobriandesa, bem como os diversos grupos vizinhos, possuem deveres e direitos, e a quebra de um dever é a quebra de um laço social entre os envolvidos que é punido com a perda de algum direito; duas tribos podem estabelecer relações de troca de alimentos, uma fornecendo peixes e outra verduras; se alguma delas falhar no seu compromisso a outra tem o direito de não fornecer sua contraparte. Retomando o trabalho de Gregory (1994), no qual apresenta uma introdução geral aos estudos de troca e reciprocidade do *ponto* de vista antropológico, este afirma que o determinante para podermos diferenciar uma troca nos termos da dádiva de uma troca mercantil, são as relações sociais que contextualizam a permuta; relações de reciprocidade, fundadas em alianças e amizade mútua, são o pano de fundo para a realização da dádiva. Desta maneira, os mototaxistas da Equipe Shopping possuem deveres e direitos que devem cumprir para que possuam permissão para “encostar” no *ponto* e pegar corridas, estabelecendo uma relação de aliança entre os membros. O ato de pegar corrida no *ponto* materializa todo o conjunto de normas da Equipe, e justifica a concessão dada pelo membro aos ditames do grupo. Percebemos nestes fatos as relações sociais determinando a ação individual, o que possibilita a abordagem substantivista de Polanyi. Este enraizamento do econômico no social tem sido um aspecto relevante para a compreensão dos fenômenos da Economia Informal (LOMNITZ, 1975).

4 O Mototaxismo

Mototáxi é um serviço de transporte individual urbano. O mototaxista com sua moto atende ao sinal do passageiro ou o aguarda em um *ponto*. O passageiro indica o local para onde o mototaxista deve levá-lo e paga uma quantia pelo trabalho executado. Segundo Rangel (2006) este serviço teve sua origem no nordeste e chegou a Macapá em 1996. Os primeiros mototaxistas “rodavam” usando coletes de identificação alugados de uma pessoa especializada nesta transação. O serviço começou a ganhar adeptos. Começaram a se formar as cooperativas, agrupamentos de mototaxistas com nome próprio e certo grau de organização. Dentre as cooperativas formadas pode-se citar a COOPEMOTO, CONTRAM.

Com o crescimento do número de mototaxistas realizando o serviço, um setor da sociedade, os taxistas e os empresários do transporte coletivo, começaram a se opor ao funcionamento deste transporte e os mototaxistas eram constantemente impedidos de trabalhar pelas autoridades, já que seu serviço não possuía licença para funcionamento. Os ficais de trânsito autuavam os mototaxistas, mas o máximo que poderiam fazer era apreender a moto e liberar o motoqueiro, por falta de regulamentação específica.

Foi decretada uma lei municipal, a lei nº 1053/200034, que regulamentou o serviço de mototáxi em Macapá. A Empresa Municipal de Transportes Urbanos (EMTU) ficou responsável pela fiscalização do serviço. A EMTU abriu um processo licitatório disponibilizando 700 licenças para mototaxistas executarem o serviço. As vagas foram todas preenchidas, sendo que o dono da licença é o "permissionário", tendo o direito de registrar um único "auxiliar". Tanto o permissionário quanto o auxiliar podem executar o serviço utilizando a mesma licença que está vinculada a uma única moto. Os mototaxistas que obtiveram a licença ficaram conhecidos como "amarelinhos" devido à cor amarela da moto que foi padronizada. Foram assim registrados junto ao EMTU um total de 1.400 mototaxistas, 700 permissionários e 700 auxiliares. Mas este número de licenças não cobriu o total de mototaxistas que realizam o serviço. Um contingente de mototaxistas continuou a realizar o transporte de passageiros mesmo sem obter a licença. São os chamados "clandestinos". Assim, amarelinhos e "clandestinos" frequentam o espaço urbano em busca de passageiros. Em 2009, foi aprovada no congresso nacional a Lei n. 12.009, que regulamenta o exercício das atividades dos mototaxistas e motoboys, mostrando que o fenômeno do mototaxismo é nacional.

Grande parte dos amarelinhos aguardam os passageiros em *pontos* que também foram padronizados. Cada *ponto* possui um número de cadastro junto ao EMTU. Outros mototaxistas preferem ficar "rodando", são os chamados "asilados", mototaxistas que passam a maior parte do tempo trafegando nas ruas em busca de passageiros. Teoricamente qualquer mototaxista legalizado pode "encostar" em qualquer *ponto* legalizado, mas o que se constatou foi que cada *ponto* possui um número de frequentadores regulares. Ocorre que só "encosta" os "chegados"; estes ficam conversando entre si em um clima bem animado. Os mototaxistas legalizados pagam uma taxa de licença e uma taxa de seguro. Alguns são sindicalizados e pagam mais uma taxa mensal para o sindicato da categoria, o SINDMOTO, que é um dos

principais agentes de integração entre os mototaxistas legalizados, sendo responsável pela promoção de atividades como torneio de futebol, comemorações em sua sede, entre outros.

A contraparte deste processo de legalização são os mototaxistas "clandestinos", aqueles que não conseguiram permissão por meio de licitação ou simplesmente começaram a rodar depois desse processo. Estes trabalhadores costumam rodar com camisas de manga comprida, muitas vezes simulando o uniforme dos "amarelinhos". Muitos "clandestinos" se organizam em equipes, um grupo de mototaxistas que "encosta" em um *ponto* próprio e administra este *ponto*. Existem várias equipes na cidade, como a Equipe Clã, GDM, Anjos do Asfalto, Banca da Rosinha, e outras. Cada equipe geralmente possui um uniforme. O *ponto* destas equipes não é oficial; por exemplo, se um carro estacionar no local do *ponto*, os membros da equipe não possuem o direito de reclamar, mas há um reconhecimento social, até mesmo uma demarcação de território entre os mototaxistas das diversas equipes. A Equipe Shopping é umas dessas equipes de mototaxistas "clandestinos".

5 A Equipe Shopping

Era dia de comemoração a São João em uma casa espírita. A igreja encontra-se sediada em uma rodovia a caminho do município de Santana, portanto, nos limites da cidade de Macapá. Para chegar ao terreno da igreja, deve-se entrar em um dos ramais da rodovia e caminhar durante aproximadamente uma hora para completar o trajeto até a entrada do terreno. O local é isolado e possui poucos vizinhos. O silêncio predominante somente é quebrado pelo clima festivo dos membros da congregação; eles possuem preocupações quanto à segurança da igreja pelo já citado isolamento. Existem ocorrências de assalto pela região; a própria igreja sofreu um ataque há alguns meses, o que ensejou maior cuidado. No meio da noite, uma luz surgiu no portão do terreno clareando o ambiente. Uma moto trazia uma passageira recepcionada por Carlos, seu namorado e membro da casa de oração. Quando retornou ao local da festa, o mesmo foi chamado pelo responsável do centro espírita. O dirigente, sentado em uma cadeira, falou para o fiel encurvado para melhor escutar o sermão: "mototáxi clandestino, Carlos?".

Foi apresentado aqui um exemplo do preconceito que os mototaxistas "clandestinos" sofrem na cidade de Macapá. A organização em equipes, segundo os próprios mototaxistas, possui uma das suas justificativas na tentativa destes trabalhadores amenizarem este preconceito.

Assim, depois de um longo percurso, chega-se ao ponto chave deste trabalho: a criação da Equipe Shopping, formada por mototaxistas "clandestinos", fenômeno comum atualmente em Macapá. Podemos observar que a formação da Equipe requer a construção de uma Identidade própria, necessária para que os "clandestinos" possam transmitir confiança a seus clientes, bem como organizar a utilização do *ponto* pertencente à equipe; esta organização é também uma forma de se apresentar para a sociedade (DIAS, 2006).

Formada em 2001, a equipe é considerada uma das mais antigas da cidade; alguns de seus integrantes já "encostavam" no *ponto* desde 1999. O *ponto* se localiza em um dos locais mais movimentados de Macapá, no cruzamento formado pela Rua Leopoldo Machado e a Av. Ataíde Teive. Em uma das esquinas do cruzamento está o Macapá Shopping. Na esquina em frente ao shopping, no sentido da Leopoldo Machado, está a pizzaria Zero Grau, uma das mais tradicionais da cidade. O *ponto* fica metade do dia nesta esquina para aproveitar a sombra do estabelecimento. Por volta das cinco horas da tarde, horário em que a pizzaria inicia sua atividade, os mototaxistas vão para a outra esquina ao lado do shopping, a que fica no sentido da Av. Ataíde Teive. Por motivos óbvios o nome da equipe se deve ao shopping que serve de referência para o local.

Como dito acima, desde 1999 mototaxistas "clandestinos" se agrupam neste setor para pegar corrida. Como cada vez mais motoqueiros se juntaram aos pioneiros, um dos "clandestinos" que frequentava o *ponto* teve a iniciativa de formar uma equipe. Em 2001 escolheram o nome e confeccionaram um uniforme. Os integrantes procuraram o médico dono da clínica ao lado do shopping buscando patrocínio para produzir o uniforme. Em troca, na farda, estaria estampado o logotipo da clínica. Os motoqueiros falam também que a equipe presta a importante função de vigiar o estabelecimento durante a noite a pedido do próprio médico. No início da organização da equipe, bastava ser reconhecido como membro para realizar corrida no *ponto*. Com o passar do tempo e o acréscimo de integrantes, a equipe passou a se reunir uma vez por mês para organizar o *ponto*. Hoje o grupo possui uma direção instituída, um conjunto de normas e por volta de 40 componentes. Este processo iniciou a construção de um Capital Social nos termos propostos por Marteleto e Silva:

> O Capital Social, por sua vez, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de Capital Social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações (2004, p. 44).

Os integrantes da equipe afirmam que são uma das primeiras organizações da cidade junto com a Equipe Clã, localizada no cruzamento da Av. Padre Júlio com a Rua São José, em frente ao Bazar Brasil. Entre os mototaxistas de Macapá a Equipe Shopping é bastante reconhecida. Em uma das incursões ao campo, no *ponto* junto aos mototaxistas, um "amarelinho" pegou uma corrida nas proximidades do *ponto*. O amarelinho se deu conta que estava na zona da Equipe Shopping e olhou para um dos integrantes e pediu permissão para pegar a corrida. O membro da equipe disse: "pode levar, pode levar". Os integrantes da Equipe Shoppin se veem como "clandestinos" e fazem uma distinção entre eles e os amarelinhos. Costumam dizer que os formalizados são sujos e careiros. Certa vez um mototaxista legalizado pegou um passageiro nas proximidades do *ponto*. Os motoqueiros que estavam no *ponto* começaram a troçar do integrante que estava na vez e tinha perdido a corrida. Um deles disse a respeito da passageira: "essa ai vai pegar piolho". O interessante é que existem mototaxistas formalizados que pertencem à equipe. São bem poucos, no máximo três. Estes têm que suportar os outros membros que são "clandestinos", pois eles costumam troçar bastante os seus companheiros legalizados. Por exemplo, um amarelinho estava na sua vez de pegar corrida no *ponto* e a oportunidade apareceu. Enquanto a passageira subia na garupa, um mototaxista que estava no *ponto* disse: "Olha patroa, teu bolso é que escolhe. Tu sabe que amarelinho não tem corrida de três reais. É só quatro, cinco...". O "amarelinho" respondeu: "Pô, tem que pagar seguro", ao que o "clandestino" disse: "aqui é só seguro de Deus mesmo".

Existe um clima de tensão entre os mototaxistas "clandestinos" e formalizados. Os últimos alegam que existem muitas pessoas que possuem emprego e não precisam rodar, mas o fazem como "clandestinos" e incham o mercado. Os "amarelinhos" cobram da EMTU mais fiscalização, pois pagam taxas para serem legalizados. Por sua vez, é inegável que muitos "clandestinos" dependem do serviço e tiram dele sustento para si e para sua família, mas que não conseguiram a legalização do município para rodar legalmente. Assim, o preconceito que existia por parte da sociedade contra os cladestinos pelos motivos acima citados ganhou força com a reivindicação dos legalizados. Mas apesar disso, como exemplificado no caso do amarelinho que pertence ao grupo, também existe uma relação de companheirismo por estarem no mesmo ramo. Os mototaxistas "amarelinhos" e "clandestinos" estão organizando uma passeata rumo à residência oficial do prefeito de Macapá para cobrar mais licitações. Os

motoqueiros se conhecem “da rua”. Um integrante da equipe uma vez disse: “Este 234 é gente boa”, se referindo ao número de um “amarelinho” que passou perto do *ponto*.

Desta maneira, a importância da equipe para os seus membros se torna ainda maior. Quando perguntado a respeito do uniforme é comum os integrantes responderem que isso passa mais confiança para o passageiro. O fato de eles permanecerem sempre no mesmo local também é visto como fator decisivo na relação com a sociedade. Cabe aqui ressaltar que não é seguro afirmar de fato que estes fatores melhoram a imagem dos “clandestinos” para com os passageiros, mas ao menos servem para eles mesmos se sentirem mais à vontade para trabalhar.

O *ponto* também auxilia na transmissão de notícias. Quando há uma blitz, um membro da equipe informa aos demais que estão esperando para pegar corrida para não passar no local da ocorrência.

6 O *ponto* como fonte de renda

No tópico anterior falou-se da necessidade que levam os mototaxistas “clandestinos” a formarem uma equipe como maneira de diminuir o preconceito para com sua categoria e assim ter mais possibilidade de pegar corridas. Mas o fator fundamental desta associação é a própria sobrevivência, pois o *ponto* é uma fonte de renda a qual o mototaxista recorre na sua luta diária pelo seu sustento e o de sua família. Neste sentido, a formação da equipe é de grande importância, já que é ela quem faz a mediação entre o mototaxista e o acesso ao *ponto* por meio das relações sociais existentes entre os membros.

Uma equipe de mototaxistas “clandestinos” oferece um serviço, o transporte de passageiros. Este serviço também é “clandestino”, pois os condutores não possuem permissão do município para realizar este trabalho. Cada mototaxista procura realizar o maior número de corridas possíveis a fim de ampliar seu ganho. No *ponto* eles perguntam uns ao outros: “quanto já fizesse?”. Eles respondem falando a quantia, por exemplo, trinta ou quarenta reais. Este valor funciona como uma espécie de termômetro para avaliar se a “praça” está boa ou ruim, bem como se o dia de trabalho foi bom. Acontece que “rodar” cansa e depois de um tempo “caindo na rua”, o motoqueiro precisa ir para algum lugar descansar o “culhão”. Neste momento entra o *ponto*. Os trabalhadores vão para o *ponto* descansar. Alguns vão para suas casas, mas o *ponto* oferece uma segunda vantagem: enquanto os mototaxistas descansam, eles têm a possibilidade de realizar uma corrida.

Os integrantes do *ponto* ficam conversando e aguardando. Eles dizem que depois de um tempo na praça fica mais difícil "asilar", que é ficar rodando na rua até conseguir um passageiro. São unânimes em dizer que esta forma "faz mais dinheiro". O próprio autor costuma utilizar omototáxi geralmente recorrendo aos que estão passando pela rua e dificilmente vai ao *ponto*, mesmo porque eles estão em sua maioria no centro da cidade. Mas o fator cansaço uma hora ou outra prevalece. Começam a aparecer problemas de coluna, hemorróida. Sem falar que "rodar de mototaxi deixa o cara doido", como disse um mototaxista. Notícias de acidentes, principalmente entre motos, são bastante frequentes. A própria Equipe Shopping já possui uma lista de finados. Oito de seus membros já perderam a vida nas ruas de Macapá. Para citar mais um exemplo, andando pelo centro da cidade, indo a um *ponto* de amarelinhos para voltar para casa, foi utilizado o serviço. Durante a corrida, conversando com o motorista, ele disse: "fico mais no *ponto*. Fazendo meus quarenta paus, tá bom. Ficar rodando é mais pra quem tá começando". No início do trabalho de campo surgiu a questão de que lucro tinha um mototaxista no *ponto* já que é comum passarem-se dezenas de minutos até surgir uma corrida. Mas, ao longo do dia, o total de corridas obtidas no *ponto* muitas vezes responde pelo valor total alcançado na jornada diária. Conversando com um mototaxista da equipe, ele afirmou que quando está com dinheiro, não roda; quando precisou voltar a rodar, retornou à equipe. O *ponto* é um recurso importante para o mototaxista, seja "clandestino" ou legalizado. Um membro que voltou ao grupo comentou que largou um emprego de carteira assinada, pois "depois que o cara se acostuma a pegar dinheiro todo dia fica difícil pegar só no final do mês". A Equipe Shopping possui ainda a vantagem de obter corrida com os funcionários do shopping ao final do expediente. As pessoas que conhecem a equipe se dirigem ao local perguntando: "quem está na vez?".

O *ponto* funciona como um bem que está a disposição do mototaxista para poder realizar seu trabalho. Mas existem outros competidores com a mesma intenção de conseguir corridas e também utilizam o *ponto*. Configura-se uma necessidade de articulação entre os indivíduos para que todos possam satisfazer suas necessidades. A equipe então se forma para organizar o acesso a este bem delimitando principalmente quem pode ou não "encostar" no *ponto*. Cada equipe possui sua organização própria. No caso da Equipe Shopping, um mototaxista precisa entrar numa fila formada pelos mototaxistas que já estavam no *ponto* esperando. Quando chega a sua vez, ele tem a permissão para pegar corrida no *ponto*. Na Equipe Clã o funcionamento é outro. Os membros ficam olhando o movimento em busca de

uma corrida e quem avistar o passageiro primeiro realiza o serviço. Mas ainda esta equipe possui definições de membros e um controle de quem pode ou não pegar corrida no *ponto*.

Os próprios membros da Equipe Shopping gerenciam a atividade no *ponto* e o principal objetivo é garantir que todos tenham direito a exercer sua profissão. O sentimento de pertencimento a uma mesma categoria de trabalho é evidente, e auxilia na contenção de qualquer abuso por parte de algum membro. O *ponto* define uma rotina de trabalho. Os mototaxistas possuem hora para chegar ao *ponto*, sair para almoçar e retornar para sua casa conforme o valor alcançado no dia; cada membro articula seu esquema próprio. O ambiente de convívio diário forma um laço social entre os membros originando um grupo social delimitado onde podemos examinar todo um conjunto de práticas sociais tais como conflitos, reciprocidade e relações de poder. O acesso ao *ponto* está condicionado por estas relações sociais e são estas relações que orientam a atividade econômica dos mototaxistas. A gerência do bem não se fundamenta num princípio utilitarista. Ao contrário, o mototaxista precisa estar ciente, ao entrar na equipe, da necessidade em cumprir normas estabelecidas por todos os membros, e o descumprimento dessas normas pode causar a perda do direito de obter corrida no *ponto* por um número limitado de dias ou até mesmo ser expulso da equipe.

A primeira questão que será tratada sobre a gestão do *ponto* diz respeito à forma da entrada na equipe. A permissão para obter corrida no *ponto* não é para qualquer pessoa, pois "só encosta os chegados". O pretendente a membro da Equipe Shopping deve ser indicado por alguém que pertence à equipe e em seguida ter seu nome aprovado numa reunião entre os membros. Em alguns casos, como o do mototaxista Fernando, o candidato frequenta por alguns dias o *ponto*, paga refrigerantes para os membros presentes e aguarda até ser aceito. Pessoas admitidas recentemente são tratadas pelo termo "novato"; existem membros qualificados desta maneira que possuem até dois anos frequentando o *ponto*, caso do Alex, irmão de um integrante antigo do *ponto*. Tornou-se costume durante a pesquisa pagar refrigerantes para os que estão no *ponto*. Este ato sempre promoveu maior interação entre o pesquisador e os membros.

Certa vez ocorreu uma interrupção nas visitas ao *ponto*. Quando no retorno, houve uma recepção desconfiada. No outro dia foi apresentado um texto que havia sido escrito pelo autordurante um trabalho entre os "amarelhinhos" e um deles se mostrou interessado, lendo parte do artigo. Logo depois ele se virou para um dos que estavam no *ponto* e disse "Ei, dá

uma entrevista pro cara da UNIFAP". Um estranho que queira conviver com os mototaxistas da equipe deve mostrar interesse por eles.

Foi presenciada uma reunião mensal da equipe na qual ocorreu um processo de aceite de novo integrante. O ato aconteceu ao final da reunião. O mototaxista que estava dirigindo o evento chamou a atenção de todos e disse: "Pessoal, este é o Carlos, meu chegado. Ele tá querendo entrar para equipe. Quem aceita?". Poucos motoqueiros levantaram a mão; a maioria não respondeu e o motoqueiro passou desde então a frequentar o *ponto*. Dias depois da reunião, circulou a seguinte conversa no *ponto*:

> (MOTAXISTA 1) – tu viu aquele novato que entrô? Tão dizendo que ele pagô umas pro Tiago.
> (MOTOTAXISTA 2) – Mas assim... Vô começar a sair perguntando quem quer entrar pra Equipe Shopping e dizê que é trinta contos.
> (MOTOTAXISTA 3) – eu vô é cobrar mil, parcelado.

Os dias passaram e esta suposta negociação entre o novato e o membro da Equipe não ficou comprovada, mas a desaprovação a uma possível relação deste tipo é grande, pois existem vários membros que não concordam com a entrada de novos integrantes por acreditarem que a equipe está com mais membros do que deveria, dificultando o acesso ao *ponto*. Um candidato a entrar para o grupo deve estar precisando realmente, além de possuir ligação pessoal com alguém do grupo. Alguns integrantes gostariam que os que possuem outro emprego devessem utilizar o *ponto* apenas em um horário ou até mesmo que eles fossem expulsos, "limados", da equipe. A forma de admissão de um novo membro atesta a importância que a equipe relega ao vínculo social. O pertencimento à equipe é oferecido por seus membros como uma dádiva ao candidato, merecimento este concedido àqueles que participam de suas relações recíprocas de amizade; exatamente por isso, o pretendente deve possuir previamente uma relação de proximidade com um dos membros, deve ser "chegado" de um para poder ser "chegado" dos demais.

Em uma de suas primeiras passagens pelo *ponto* como membro, o dito novato encostou sua moto e foi sentar junto aos mototaxistas que já estavam no local e perguntou quem era o último da fila. Um membro antigo repetiu a pergunta em voz alta para os que estavam aguardando. Este fato não acontece comumente e denota certo distanciamento do novato para com os outros, pois um membro entrosado chega ao *ponto* bem à vontade e verifica seu lugar na fila. Outro membro que já faz parte da Equipe há alguns anos pediu um

cigarro para o novato e ele passou o fumo junto com o seu isqueiro para o pedinte que acendeu seu cigarro e ficou com o acendedor. O novato pediu o isqueiro de volta. O mototaxista devolveu o objeto se desculpando, dizendo que pensava que era o dono do mesmo. Foi um teste. Ficou claro nesta passagem que o novato teria que passar por um processo de aceitação por parte do restante dos integrantes. Depois de dias rodando ele já estava ambientado e apto a participar das conversas frequentes que acontecem no *ponto*. Se o novato negociou ou não sua entrada na Equipe é fato que não se pode provar, como já afirmado, mas é evidente que um novo membro não conhece todos os outros membros; eles são muitos, e a necessidade de entrosamento existe, entrosamento este que só inicia se o candidato for indicado por um dos integrantes. Em conversas com alguns novatos verificou-se que eles sabem dizer quem os indicou para entrar na equipe, quem eles já conheciam da equipe.

Pode-se passar agora para uma descrição do cotidiano dos mototaxistas no *ponto*. Eles conversam bastante entre si. Geralmente possuem apelidos que receberam dos membros da equipe. Os assuntos mais frequentes são as repercussões da reunião mensal, conflitos internos da equipe, membro que está causando confusão, quem está suspenso e porque está suspenso. A própria moto é matéria de assuntos. Descrevem uma manutenção feita no veículo, uma calibragem no pneu, troca de óleo, etc. As corridas realizadas durante o dia também são comentadas. Se algum deles realiza uma corrida longa o fato é comemorado como no caso de um mototaxista que levou uma passageira para Santana, município vizinho de Macapá. O motoqueiro comentou como foi "tochado", quer dizer, em uma velocidade alta. Existem membros mais apegados a moto e fazem dela um instrumento de lazer. Disputam corridas chamadas de "pegas" ou "arrancados"; conhecem os meios para obtenção de peças especializadas que vêm de outros estados. As motos que disputam em umevento desses são especiais, "sérias", como dizem, próprias para corrida. Quando chegam peças novas, os adeptos desta atividade ficam ansiosos para testar o desempenho da moto com os novos elementos. Alguns integrantes se especializam em realizar manobras com a moto. Num certo dia um membro da equipe, saindo do *ponto*, ganhou velocidade e depois andou somente com uma roda e a outra empinada. Os mototaxistas também se reúnem fora do *ponto* para jogar bilhar, beber, jogar bola. Num dia depois de uma jogatina entre os membros da equipe, um motoqueiro falou "quanto mais eu perco mais eu quero jogar para recuperar". Eles também costumam fazer trilhas em conjunto e possuem camisa especial para este fim. Um dos

integrantes chegou a pedir para que fosse verificado a possibilidade de liberação de uma trilha existente na UNIFAP para que eles "rodassem" nela, mas os trâmites burocráticos impediram a realização do evento.

Todos estes fatos além de outros originam assuntos que os mototaxistas comentam enquanto aguardam sua vez de pegar corrida. Esta interação ocorre ao mesmo tempo em que os integrantes do *ponto* devem prestar atenção no andamento da fila. Para obter corrida, o motoqueiro deve aguardar chegar a sua vez. Isto gera um padrão comportamental entre os que estão presentes no *ponto*. Quem está na vez fica apreensivo esperando surgir uma corrida. Demorando muito, ele pensa que está com falta de sorte. Aconteceu isso durante um dia no *ponto* e o "da vez" disse: "rapá, quem me empanemou? Tenho filho!". Os que estão aguardando ficam contando quantos faltam para chegar a ocupar a cabeceira da fila. Caso demore muito para o primeiro pegar corrida, eles cobram daquele que está apto a pegar corrida e o chamam de "panema" ou "tranca rua". Alguns são até mesmo conhecidos por fazerem demorar a aparecer a oportunidade. Em mais um episódio de demora, alguém protestou: "um bora rapá! Te desincosta desse ferro pra vê se tu pega alguma coisa!".

Por esses relatos podemos perceber que existe um "tecido social" entre os membros da Equipe. Suas interações buscam a construção e reprodução de um laço social entre os integrantes, o que caracteriza relações de dádiva (GODBOUT, 1998). Este laço estabelecido no convívio diário no *ponto* é mais um fator que pesa quando se levantam os motivos que levam um mototaxista a participar de uma equipe. É comum algum membro suspenso visitar o *ponto* somente para conversar com os demais. O conjunto das relações estabelecidas entre os mototaxistas do *ponto* é que administra o próprio *ponto*. Todas as regras e normas de conduta internas são determinadas mediante aprovação de todos. Julgamentos de infrações cometidas são feitas em reuniões mensais, mas esta reunião é o resultado de um debate travado ao longo do mês nos encontros diários. Ressaltamos que a única condição de permanência na equipe e consequentemente ter permissão para obter corrida no *ponto* é ir para as reuniões mensais e não quebrar as regras internas, principalmente não furar a fila. Para entrar e participar da equipe não é preciso pagar nenhuma taxa, mas sim conhecer alguém do *ponto*. O ganho diário do mototaxista fica todo com ele mesmo. Ninguém lucra para administrar o *ponto*. Todos os membros têm o *ponto* como um instrumento coletivo de fonte de renda, e participar de uma equipe proporciona segurança ao membro, como já vimos

acima, tanto por ser uma maneira de se posicionar perante a sociedade bem como usufruir da relação com companheiros de profissão.

Ao falar dos motivos que levam os mototaxistas a formarem uma equipe, foi destacado como principal o fator econômico. No caso específico da Equipe Shopping, destaca-se como a própria equipe é quem administra o *ponto*, que geralmente fornece a maior parte da renda obtida em um dia de trabalho dos seus integrantes. Para realizar esta administração, é necessário um conjunto de normas que estabelecem principalmente quem pode ou não pegar corrida no *ponto*, e a permissão para realizar tal atividade é o parâmetro central do qual emana a maioria das outras regulações existentes. A observação realizada no convívio com os mototaxistas estudados revelou que o conjunto das regras estabelecidas dentro da Equipe podem ser divididas entre aquelas cuja desobediência resulta na perda do direito de pegar corrida no *ponto*, que chamaremos de *leis criminais*, e entre as regras que gerenciam o convívio entre os membros, estabelecendo quase um código de ética para os membros da equipe, são as *leis civis.* Fundamentou-se a construção destas categorias de leis na análise feita por Malinowski (2008) em sua obra *Crime e Costume na Sociedade Selvagem* que, ao descrever o cotidiano dos habitantes das Ilhas Trobriand nas suas relações de deveres e direitos, mostra como a estrutura desta sociedade está alicerçada em um *status* legal regido pelo princípio da reciprocidade.

7 Considerações finais

As questões em torno do tema informalidade possuem no contexto atual diversas problematizações em aberto, como por exemplo, o próprio objeto de estudo, pois tem-se deparado com uma diversidade de fenômenos que tornam difícil até mesmo a sua categorização e definição, que pode variar entre os conceitos de informal, ilegal e ilícito. Alguns *pontos* são consensuais, como a constatação de que o próprio Estado, com suas leis e regulamentações, cria a separação entre o legal e ilegal, consequentemente enquadrando sujeitos, grupos sociais em uma dessas duas categorias. Como um desdobramento deste processo, aqueles que se encontram à margem das determinações estatais, na busca por sua sobrevivência, acionam práticas que têm se revelado organizadas, com sua lógica própria, desconstruindo a imagem negativa que predomina na sociedade a seu respeito.

Deste modo, pode-se examinar a organização Equipe Shopping como um caso exemplar do que acima foi afirmado. A partir do momento em que a prefeitura de Macapá

regulamentou e operou processo licitatório para a atividade de mototáxi, um excedente de mototaxistas não contemplados foi gerado pois, no processo realizado, quesitos exigidos como segundo grau completo, ausência de infrações de trânsito, tempo mínimo de habilitação, bem como o próprio número reduzido de licenças, fez com que inúmeros trabalhadores se tornassem "clandestinos".

Mas isso não impediu que os mesmos interrompessem sua atividade. Ao contrário, procuraram se organizar e, como ilustrado no caso da Equipe Shopping, criaram mecanismos de autogestão com regras, corpo administrativo, representação política e até mesmo um código de ética entre os membros. Tudo isto operando com uma *racionalidade* específica, contra-hegemônica, com fundamentos na reciprocidade, dádiva e incorporando as atividades econômicas no seio das relações sociais, contrapondo-se à lógica individualista de uma economia apartada do tecido social, que faz com que alguém possa estabelecer uma relação comercial com uma pessoa que não conhece, mediada pelo dinheiro que inicia e encerra o vínculo no momento mesmo de sua utilização.

Assim, na economia informal, bem como em vários outros casos, pode-se ser encontrado ainda na sociedade atual relações econômicas *enraizadas* no meio social, oferecendo uma alternativa ao modelo econômico neoclássico, que se afirma como verdadeiro orientador da conduta humana, fundamentando-se no utilitarismo, individualismo e na busca pela maximização dos ganhos, desconsiderando o elemento básico da constituição humana: a de que somos seres sociais.

8 Referências

DIAS, C. da C. "Ser paneleira não é brincadeira" – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional. **Arquivos do Museu Nacional,** Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, jul./set. 2006.

ISAAK, B. L. Karl Polanyi. In: CARRIER, J. G. (org) **A Handbook of Economic Anthropology**. Massachusetts/USA: Edward Elgar Publishing, Inc., 2005.

GODBOUT, J. T. Introdução à Dádiva. **RBCS**, São Paulo, v. 13, n. 38, out. 1998.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREGORY, C. A. Exchange and Reciprocity. In: INGOLD, T. (org.) **Companion Encyclopedia of Anthropology.** London/UK: Routledge, 1994.

HEYMAN, Josiah; SMART, Alan. States and Illegal Practice: An Overview. In: **States and Illegal Practices.** Oxford/Nova York, Berg, 1999.

LOMINTZ, L. A. **Cómosobrevivenlos marginados**. México: Siglo XXI, 1975.

_____. Globalización, Economía Informal y RedesSociales. In: LOMNITZ, L. **Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de antropologia Latinoamericana**. Espanha: LasCienciasSociales, 2007.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1978 [1922]. (Coleção os Pensadores).

_____. **Crime e costume na Sociedade Selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B de O. Redes e capital social: O enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.** Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004.

MAUSS, M. (a) Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003[1924].

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Vol. 21, no 61, 2007, pp. 139-157.

MOLINA, J. L. **Manual de Antropologia Econômica**. UAB, 2004.

NAÍM, M. **Ilícito: Ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NORONHA, E. G. "Informal", Ilegal, Injusto: Percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, São Paulo, vol. 18, n. 53, out. 2003.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

RANGEL, R. **Mototaxistas: A luta pelo Direito ao Trabalho**. Macapá: Editora, 2006.

RIBEIRO, G. L. El sistema mundial no-hegemónico y laglobalización popular**. Série Antropologia/DAN-UnB**, Brasília, vol. 410, 2007.

SABOURIN, E. A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 30, 2006, Caxambu.

SOUSA, R. S. Introdução. In: SOUSA, R. S. de. Os cocaleros do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia. 2006. Tese de doutorado - **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UnB**, Brasília.

_____. Narcotráfico y economia ilícita: las redes de crimen organizado en Rio de Janeiro. **Revista Mexicana de Sociologia**, México, D.F., n. 1, enero/marzo, 2004.

VINHA, V. da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**. v. 3, n. 2, dez. 2001.